



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14/12/2016**  
(Contém folhas )

**ATA Nº 29**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 14/12/2016

#### ATA Nº 29

----- Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

### ORDEM DE TRABALHOS

#### 1 - DIVISÃO FINANCEIRA

##### 1.1-SECÇÃO FINANCEIRA

##### 1.1.1-Abertura de Procedimento Para a Contratação de Empréstimo a Longo Prazo, até ao montante de €2.000.000,00;

----- Pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, foi presente a seguinte proposta: -----

----- Considerando que: -----

----- De acordo com o estipulado no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI) os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O artigo nº 51º do RFALEI estabelece para os empréstimos de médio e longo prazo o seguinte: -----

- a) Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos; -----
- b) Os investimentos a financiar são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previsto no orçamento do exercício, são submetidos, independente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal; -----
- c) O empréstimo têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de **20 anos**; -----
- d) Em regra, os empréstimos têm um prazo máximo de **2 anos**, para a sua utilização e de diferimento do início da amortização: -----
- e) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a **80%** da amortização média de empréstimos (divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato), independentemente do seu pagamento efetivo); -----

----- O limite da dívida total constante do art.º 52º do RFALEI determina que: -----

- a) A dívida total das operações orçamentais do Município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5** vezes a média da receita líquida dos três exercícios anteriores; -----
- b) O conceito de dívida total das operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira, e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais; -----
- c) Sendo cumprido o limite de endividamento total, o Município só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a **20%** da margem disponível no início de cada um dos exercícios. -----

----- No Município de Pampilhosa da Serra o limite da dívida total em 31 de dezembro de 2014, era de **11 089 517,87 €** e, em 31 de dezembro de 2015 de **12 021 205,86 €**, sendo a margem disponível de **10 949 219,79 €** para 2015 e de **12 001 108,57 €** para 2016, conforme ( **anexo II** ). -----

----- Assim, o valor correspondente a **20%** da margem disponível para o exercício de 2015, era de **2 189 843, 96 €** e de **2 400 221, 71 €** para o exercício de 2016, conforme ( **anexo III** ). -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- É da competência da Assembleia Municipal, autorizar a sua contratação, nos termos da alínea f) do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O pedido de autorização para a contratação de empréstimos, a submeter à apreciação e eventual aprovação do órgão deliberativo, terá de ser obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em pelo menos **3 instituições de crédito**, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, conforme determina o nº 5 do art.º 49º do RFALEI e esta autorização deverá ser antecedida de discussão e autorização dos investimentos a financiar (nº 2 do art.º 51º do RFALEI) -----

----- Os empréstimos de médio e longo prazo, cujos efeitos se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, implica que a autorização seja aprovada por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções. -----

----- Existe um conjunto de investimento que é importante realizar, a curto prazo, de modo a satisfazer necessidades sentidas pela generalidade da população. -----

----- Os investimentos referidos estão plasmados no Plano Plurianual de Investimentos, integrados nas GOP's para os anos de 2016/2018, e são os que constam no **anexo I** à presente proposta. -----

----- As receitas normais do município são insuficientes para garantirem o financiamento destes investimentos, pois as mesmas cobrem somente atividades essenciais que o município terá de desenvolver e o pagamento de compromissos assumidos. -----

----- No final do ano de 2015 foram totalmente pagos os empréstimos de médio e longo prazo. -----

----- **Assim, tenho a honra de propor:** -----

----- Que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, para que os investimentos constantes do **anexo I**, da presente proposta de deliberação, sejam financiados por um empréstimo de médio e longo prazo, nas seguintes condições: -----

----- **1) Condições do Financiamento:** -----

a) **Montante do empréstimo:** até ao montante máximo de € 2 000 000,00 -----

b) **Prazo:** 16 anos; -----

c) **Período de carência:** 2 anos ; -----

d) **Período de utilização do capital:** 2 anos; -----

e) **Reembolso:** em prestações trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, um mês após o final do período de carência. -----

f) **Pagamento de juros:** trimestrais postecipados. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- g) **Taxa de Juro:** indexada à Euribor a 12 meses, mesmo que negativa, acrescida de "spread". -----
- h) **Elementos da proposta:** Plano de amortização para o período global do contrato, onde deverá constar o montante, taxas de juro (estimativas) e encargos. -----
- i) **Amortizações:** Nos termos do nº 5 do artigo 51º, atento ao nº 4 do artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não será (ão) admitida (s) proposta (s) com amortização anuais previstas, em qualquer ano de contrato, com exceção do ano (s) de carência, inferior a 80% das amortizações médias. -----
- j) **Clausula particular:** O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que tal daí advenha qualquer penalização ou comissão. -----
- k) **Garantia:** As previstas nos termos gerais de direito e ao recurso do mecanismo previsto na Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----

#### 2) Critério de adjudicação -----

----- A adjudicação far-se-á à proposta economicamente mais vantajosa, entendendo-se mais vantajosa aquela em que o montante imputável ao Município, acrescido dos encargos seja o menor. -----

#### 3) Adjudicação -----

----- O Município reserva-se o direito de não adjudicar -----

#### 4) Entidades financeiras a consultar -----

----- Novo Banco, S.A. -----

----- Caixa Geral de Depósitos, S.A. -----

----- Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Zona do Pinhal, C.R.L. -----

----- Banco BPI, S.A. -----

----- Montepio Geral; -----

----- BCP, S.A. ; -----

#### 5) Júri -----

----- Mais proponho que o júri seja constituído por: -----

----- Presidente - Paulo Jorge Duarte Batista Teixeira, -----

----- Membros efetivos - Felisberto Neves Pinto -----

----- - Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira -----

----- Membros suplentes - Aida Fernandes Martins Lemos -----

----- - Ana Filipa Nunes Dias Azoia -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### ANEXO I

### QUADRO DE INVESTIMENTOS

2016

PPI				Código Classificação Orçamental		Designação	Dotação Atual Definida €	Valor do Investimento €	Valor a Financiar €
Objetivo	Programa	Projeto	Ação						
02	211	2016/14	02	0102	07010305	Requalificação da Escola EBI	171.000,00	803.000,00	560.000,00
02	246	2016/28	02	0102	07010405	Requalificação do Cabecinho/Pampilhosa da Serra	1.000,00	1.250.000,00	390.000,00
02	246	2015/62	02	0102	07010406	Parque Autocaravana	1.000,00	400.000,00	400.000,00
02	246	2016/56	01	0102	07010307	Requalificação cemitério de Pampilhosa da Serra	3.000,00	70.000,00	60.000,00
03	331	2007/37	01	0102	07010401	Quinta S. Martinho 2ª Fase - obras de urbanização	210.000,00	300.000,00	140.000,00
03	331	2016/50	02	0102	07010401	Arruamentos em Portas do Souto	1.500,00	100.000,00	100.000,00
03	341	2015/41	02	0102	07010307	Requalificação do Mercado Municipal	87.500,00	997.000,00	350.000,00
TOTAL .....							475.000,00	3.920.000,00	2.000.000,00

### MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

#### ANEXO II

#### MAPA DA DÍVIDA TOTAL EM 01 DE JANEIRO DE 2014

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2011	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2012	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2013	TOTAL	MEDIA DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
7.195.287,41	6.847.524,17	8.136.224,15	22.179.035,73	7.393.011,91



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

LIMITE	DÍVIDA TOTAL					
	TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT. PART.	DÍVIDA TOTAL	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
<b>11.089.517,87</b>	132.789,78	7.508,30	140.298,08		<b>10.949.219,79</b>	<b>2.189.843,96</b>

#### ANEXO III

#### MAPA DA DÍVIDA TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2012	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2013	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2014	TOTAL	MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
6.847.524,17	8.136.224,15	9.058.663,39	24.042.411,71	<b>8.014.137,24</b>

LIMITE	DÍVIDA TOTAL					
	TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT. PART.	DÍVIDA TOTAL	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
<b>12.021.205,86</b>	1.791,65	18.305,64	20.097,29		<b>12.001.108,57</b>	<b>2.400.221,71</b>
VARIAÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA %						-8,76
VARIAÇÃO DE EXCESSO DA DÍVIDA %						0
<b>MARGEM</b>						<b>2.400.221,71</b>

(1) - Limite da dívida total 2014 (1,5 \* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos -artº 52º da Lei 73/2013,

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou que as propostas sejam entregues até às 17:30 horas do dia 06 de janeiro de 2017, inclusive, sendo que, a abertura e análise das propostas terá lugar pelas 14:30 horas do dia 09 de janeiro de 2017. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

### 2.1 - OBRAS PÚBLICAS



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.1.1 - Relatório Final de Análise das Propostas

##### - Concurso Público para Execução da Empreitada Alteração e Ampliação da Escola Básica e Secundária Escalada\_Pampilhosa da Serra

----- Foi presente o Relatório Final elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. -----

----- O citado Relatório encontra-se acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente nº 2 - **Duafar, Construção Civil e Obras Públicas, Lda**, e que se propõe executar a empreitada pelo valor de **757.152,54 €** (setecentos e cinquenta e sete mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. -----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia ao relatório preliminar, o júri não recebeu por parte dos concorrentes qualquer observação, discordância ou reclamação sobre o processo durante o prazo previsto. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa **Duafar, Construção Civil e Obras Públicas, Lda**, pelo valor de **757.152,54 €** (setecentos e cinquenta e sete mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

#### 3.1 - GABINETE FLORESTAL E AGRICULTURA





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 3.1.1 - Instalação de Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em terrenos não privados. Abertura de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) em Rede Primária.

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal - Gabinete Florestal e Agricultura, do seguinte teor: -----

----- “O Município de Pampilhosa da Serra em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra vai candidatar-se ao Aviso POSEUR-10-2016-67, relativo à “Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terrenos não Privados”. O Município compromete-se a executar a empreitada que a ele diz respeito. O projeto de execução encontra-se concluído e em condições de ser aprovado e aberto concurso para execução da empreitada. Para a execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias a o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor adjudicado.-----

----- Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deverá ser iniciado um procedimento de concurso público de empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho. Mais deverá ser nomeado júri do procedimento, propondo-se os elementos abaixo discriminados.-----

----- **Objeto do Contrato:** Abertura de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC), em terrenos não privados, em Rede Primária; -----

----- **Preço base:** 188 963,26 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- **Base da Escolha do Procedimento:** Valor do Contrato; -----

----- **Tipo de Procedimento:** Concurso Público, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro;-----

----- **Prazo máximo de execução:** 365 dias; -----

----- **Caução:** 5%. -----

----- **Proposta do Júri para o presente procedimento de concurso:**-----

----- **Efetivos:** -----

----- **Presidente** - Sandra Sofia Miguel Chora Custódio; -----

----- **1º Vogal** - Anabela Nunes Martins; -----

----- **2º Vogal** - Luís Filipe Afonso Estevão; -----

----- **Suplentes:** -----

----- **1º Vogal** - Felisberto Neves Pinto; -----

----- **2º Vogal** - Maria Eugénia Pereira.-----



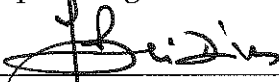
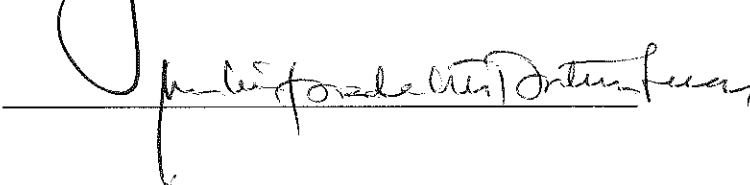
**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_